

**Exma. Senhora Presidente da Comissão de Administração Pública,  
Poder Local e Ordenamento do Território,  
Deputada Isaura Morais.**

**Assunto:** Requerimento para convidar o senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. <sup>o</sup> Carlos Moedas e o Coordenador do Grupo de Projeto da JMJ23 Dr. <sup>o</sup> José Sá Fernandes, a vir a esta Comissão explicar os procedimentos por ajuste direto no âmbito da Jornada Mundial da Juventude.

Exma. Senhora Presidente da Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local,

O CHEGA vem requerer a V/ Exa., que enderece o convite ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. <sup>o</sup> Carlos Moedas e ao Senhor Coordenador do Grupo de Projeto da JMJ23, Dr. <sup>o</sup> José Sá Fernandes, para virem a esta Comissão explicar os procedimentos levados a cabo no ajuste direto para adjudicação do altar-palco.

A Jornada Mundial da Juventude (JMJ) é um encontro dos jovens de todo o mundo com o Papa. Inicialmente agendada para 2022 a JMJ em Lisboa viu-se adiada para 2023 devido à pandemia, e vai realizar-se em Portugal entre os dias 1 e 6 de agosto, sendo esperados, sem dados concretos, cerca de 2,5 milhões de jovens em Lisboa, Loures e Oeiras.

Os pontos altos são as celebrações (atos centrais) que contarão com a presença de Sua Santidade, o Papa Francisco, tais como a cerimónia de acolhimento e abertura, a via-sacra, a vigília e, no último dia, a missa de envio.

Nunca tivemos um evento desta magnitude em Portugal, estado a sua organização dividida entre a Igreja (Comité Organizador Local), presidido por D. Américo Aguiar, as Câmaras Municipais de Lisboa, Loures e Oeiras e o Governo, sob tutela da Ministra dos Assuntos Parlamentares, e designado pelo Governo coordenador do projeto José Sá Fernandes, tendo sido já assinado por estas entidades um memorando de entendimento sobre a área de ação de cada um (quem tem a responsabilidade do quê).

Não existe, contudo, e até à data, qualquer orçamento dos gastos com este evento, havendo apenas estimativas. A autarquia de Lisboa, prevê gastar 30 milhões de euros, Loures 10 milhões de euros, e “o Governo estima gastar 36,5 milhões de euros na organização da Jornada Mundial da Juventude”, mas de acordo com o gabinete da ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, “estas contas não incluem ainda custos com segurança, mobilidade, saúde, entre outras”<sup>1</sup>.

No orçamento de Estado para 2023 foi aprovada uma proposta que permite o recurso ao procedimento por ajuste direto, a dispensa da fiscalização prévia do Tribunal de Contas e a excecionalidade das despesas para o cálculo do limite ao endividamento. Um aditamento ao artigo 118.º do OE2023, prevê que "para a celebração de contratos que tenham por objeto a locação ou aquisição de bens móveis, a aquisição de serviços ou a realização de empreitadas de obras públicas e se destinem à organização, programação, conceção e implementação da JMJ, as entidades adjudicantes podem iniciar procedimentos de ajuste direto quando o valor do contrato for, simultaneamente, inferior aos limiares referidos nos n.ºs 3 ou 4 do artigo 474.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), para além disso não são aplicáveis as limitações constantes do n.º 1 do

---

<sup>1</sup> <https://sicnoticias.pt/especiais/jornadas-mundiais-da-juventude/2022-10-13-Quanto-vai-custar-ao-Governo-a-Jornada-Mundial-da-Juventude-2023-em-Lisboa--61e86e37>

artigo 32.º, nem as exigências de fundamentação previstas no n.º 3 do artigo 36.º no n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP.

Segundo a proposta, os contratos celebrados ficam dispensados de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, devendo ser eletronicamente remetidos àquele tribunal para efeitos de fiscalização concomitante, até 10 dias após a respetiva celebração e acompanhados do respetivo processo administrativo. Os encargos decorrentes da celebração dos contratos que se destinem à realização da JML 2023 não são também considerados para efeitos do limite da dívida.

A empresa municipal da Câmara de Lisboa que está a requalificar o Parque Tejo adjudicou por ajuste direto (ao abrigo do artigo 118º do Orçamento do Estado para 2023 - Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro) o altar-palco à Mota-Engil por 4,2 milhões (mais IVA)<sup>2</sup>, de acordo com a informação registada no portal BASE, e noticiado ontem pela comunicação social. Hoje as notícias dão conta que o palco tem o valor de cerca de sete milhões de euros (6.997.327,95€)<sup>3</sup>.

É neste contexto, e como fundamentação para o agendamento deste convite, que o Grupo Parlamentar do CHEGA vem solicitar a V/ Exa., que tome as diligências necessárias para que possamos ouvir na Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o Senhor Coordenador do Grupo de Projeto, afim de esclarecerem os procedimentos tidos em relação ao ajuste direto para este altar-palco, a sua posterior utilidade, e demais despesas com a JM23.

Palácio de S. Bento, 25 de janeiro de 2023,

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

---

<sup>2</sup> <https://www.noticiasao minuto.com/economia/2165521/4-2-milhoes-e-quanto-vai-custar-o-altar-da-jornada-mundial-da-juventude>

<sup>3</sup> <https://expresso.pt/politica/2023-01-25-Camara-de-Lisboa-garante-que-adjudicou-altar-da-Jornada-Mundial-ao-melhor-preco-veja-aqui-como-vai-ficar-96f7757f>

Bruno Nunes